



Número: **0800142-56.2020.8.18.0013**

Classe: **PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**

Órgão julgador: **JECC Teresina Norte 1 Anexo II CET**

Última distribuição : **31/01/2020**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Enriquecimento sem Causa, Seguro, Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
VALDIR PAULO DE SOUSA (AUTOR)		LUAN ESTEVAO SILVA CUNHA (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
10138577	08/06/2020 09:19	Intimação	Intimação
10138576	08/06/2020 09:19	Intimação	Intimação
8616006	03/03/2020 12:48	Citação	Citação
8234921	02/03/2020 09:45	Decisão	Decisão
8138035	31/01/2020 14:45	Petição Inicial	Petição Inicial
8138343	31/01/2020 14:45	Petição contra Seguradora Líder - DPVAT	Petição
8138348	31/01/2020 14:45	Procuração Ad Judicia	Procuração
8138354	31/01/2020 14:45	Laudo do IML	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO
8138365	31/01/2020 14:45	Cobertura Negativa do Seguro DPVAT	Documentos
8138370	31/01/2020 14:45	Boletim de Ocorrência	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO
8138378	31/01/2020 14:45	Laudo do HUT	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO
8138383	31/01/2020 14:45	Documentos pessoais e Comprovante de Residência	Documentos
8138549	31/01/2020 14:45	Documento da Moto - DUT	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO

PROCESSO Nº: 0800142-56.2020.8.18.0013
CLASSE: PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
ASSUNTO(S): [Enriquecimento sem Causa, Seguro, Acidente de Trânsito]
AUTOR: VALDIR PAULO DE SOUSA

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

INTIMAÇÃO

De ordem do MM. Juiz de Direito, Dr. Celso Barros Coelho Filho, fica Vossa Senhoria, parte Promovida, **INTIMADA** do cancelamento da audiência una, ora agendada para ocorrer presencialmente, neste juízo, na data de 10 de junho de 2020, bem como **INTIMADA** para **dizer, no prazo de dez dias úteis se tem proposta de acordo** a ser apresentada em audiência de conciliação para a parte Promovente.

Fica cientificada a parte requerida de que se ela se manifestar pela desnecessidade da audiência de conciliação, terá o prazo de quinze dias úteis para contestar a ação, caso ainda não o tenha feito, contado a partir do protocolo de tal manifestação.

Deve **manifestar se pretende produzir prova oral**, que poderá, se deferida pelo juiz a sua produção, implicar na realização de audiência de instrução.

Havendo interesse na **produção de prova exclusivamente documental**, caberá à parte, dentro do prazo de 05 (cinco) dias, anexar os documentos que entender pertinentes, ocasião em que será intimada a parte contrária para manifestação também no prazo de 05 (cinco) dias.

Não havendo mais provas a produzir o processo seguirá concluso para julgamento.

Ademais, fica também INTIMADA a parte Promovida para **informar contato de telefone (para uso de whatsapp) e e-mail de seu patrono e advogado(a)** habilitado(a) nos autos, para fins de realização de audiência por videoconferência, se for o caso.

TERESINA-PI, 8 de junho de 2020.

BRUNA REGO NERY DE CASTRO
Secretaria da JECC Teresina Norte 1 Anexo II CET



PROCESSO Nº: 0800142-56.2020.8.18.0013

CLASSE: PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)

ASSUNTO(S): [Enriquecimento sem Causa, Seguro, Acidente de Trânsito]

AUTOR: VALDIR PAULO DE SOUSA

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

INTIMAÇÃO

INTIMA-SE a parte Promovente do cancelamento da audiência una ora agendada para ocorrer presencialmente neste juízo, na data de 10 de junho de 2020, considerando o atual cenário de saúde pública e o regime de teletrabalho dos servidores e magistrados do TJ/PI.

De forma que fica, DE ORDEM, também INTIMADA a parte Promovente para se manifestar pelo interesse em produção de prova oral, que poderá, se deferida pelo juiz a sua produção, implicar na realização de audiência de instrução.

Havendo interesse na produção de prova exclusivamente documental, caberá à parte, dentro do prazo de 05 (cinco) dias, anexar os documentos que entender pertinentes, ocasião em que será intimada a parte contrária para manifestação também no prazo de 05 (cinco) dias.

Não havendo mais provas a produzir o processo seguirá concluso para julgamento.

Ademais, fica também INTIMADA a parte Promovente para informar contato de telefone (para uso de whatsapp) e e-mail, para fins de realização de audiência por videoconferência, se for o caso.

TERESINA-PI, 8 de junho de 2020.

BRUNA REGO NERY DE CASTRO
Secretaria da JECC Teresina Norte 1 Anexo II CET

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
GABINETE DA JECC Teresina Norte 1 Anexo II CET DA COMARCA DE TERESINA
Rua Rio Grande do Norte, 790, Pirajá, TERESINA - PI - CEP: 64003-420

PROCESSO Nº 0800142-56.2020.8.18.0013

CLASSE: PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)

ASSUNTO: [Enriquecimento sem Causa, Seguro, Acidente de Trânsito]

AUTOR: VALDIR PAULO DE SOUSA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

CARTA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO (Conforme Provimento 20/2014 da CGJ/PI)

QUALIFICAÇÃO DA PARTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

Rua Senador Dantas, 74, - de 58 ao fim - lado par, Centro, RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20031-205

FINALIDADE: CITAÇÃO da parte requerida, acima qualificada, de todo conteúdo da petição inicial, cuja cópia segue em anexo, e INTIMAÇÃO para comparecer na Audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento na sede deste Fórum no endereço acima indicado.

DATA DA AUDIÊNCIA: 10/06/2020 11:30.

ADVERTÊNCIA: O não comparecimento à audiência importará em revelia, reputando-se como verdadeiras as alegações iniciais do autor e proferindo-se o julgamento de plano. O promovido deverá oferecer contestação, escrita ou oral, na **audiência una**, sendo obrigatória, nas causas de valor superior a 20 salários mínimos, a presença de advogado. Em se tratando de pessoa jurídica, o preposto deverá apresentar no ato da audiência respectiva a carta de preposição, sob pena de revelia.

ANEXOS: Cópia do inteiro teor da petição inicial .

3 de março de 2020. **BRUNA ALYNE DA SILVA REIS** Secretaria da JECC
Teresina Norte 1 Anexo II CET

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL – ZONA NORTE 1 – ANEXO II – FACULDADE CET

Processo nº: 0800142-56.2020.8.18.0013

Requerente: VALDIR PAULO DE SOUSA

Requerido: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A

DECISÃO

Trata-se de ação ordinária de cobrança de seguro DPVAT com pedido de tutela antecipada. O requerente afirma ter sofrido acidente de trânsito que lhe acarretou a perda de três dedos do pé esquerdo. Ante tal fato, solicitou o seguro DPVAT por invalidez permanente. A requerida negou o pedido do autor, alegando que a lesão não está consolidada, motivo pelo qual não dá para caracterizar a invalidez permanente pleiteada.

Ante tal situação, o autor ajuizou a presente demanda, requerendo em sede de tutela de urgência o pagamento do valor máximo do seguro DPVAT, qual seja, R\$ 13.5000,00 (treze mil e quinhentos reais).

É cediço que a concessão de medidas liminares nos Juizados Especiais, seja de natureza cautelar ou antecipatórias em suas várias formas, na seara das tutelas de urgência, sem a oitiva da parte contrária, não se coaduna com a verdadeira face do sistema, que é a conciliação, sendo necessário colocar-se inicialmente as partes frente-a-frente, e só deve ser concedida a medida em caráter especialíssimo, observando-se cada caso.

As tutelas de urgência têm como pressuposto comum o perigo de dano (cf. art. 300 do CPC/2015). Em razão da situação de urgência, normalmente acaba-se exigindo do magistrado a prolação de decisão fundada em cognição sumária, isso é, menos aprofundada acerca da existência do direito (basta a “probabilidade do direito”, cf. art. 300 do CPC/2015). Tudo isso corroborado com provas que convençam o Juízo de sua existência.

A saber, nos termos do artigo 300, do CPC/2015, a tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.

Não apenas a qualidade da cognição, mas também a importância do bem jurídico (objeto sobre o qual recai a cognição judicial) é relevante, para o fim de se deliberar sobre a medida a ser concedida “a) quanto mais denso o *fumus boni iuris*, com menos rigor deverá o juiz mensurar os pressupostos concernentes ao *periculum in mora*; b) quanto maior o risco de perecimento do direito invocado ou a probabilidade de ocorrer dano de difícil reparação, com maior flexibilidade deverá considerar os pressupostos relativos ao *fumus boni iuris*” (TJSC, 1.ª Câmara de Direito Público, AgIn 2008.031776-5, rel. Des. Newton Trisotto, j. 24.03.2009).

No caso sob exame, pede o Autor da ação, em tutela de urgência, que o Juízo determine que a requerida pague o valor do seguro DPVAT por invalidez permanente.

Com efeito, para a concessão da liminar ou antecipação de tutela deve-se primeiro ter um grau mínimo de possibilidade de que as alegações da parte requerente sejam verdadeiras, bem como

o fundado temor de que, enquanto se aguarda a tutela definitiva, venham a ocorrer fatos que prejudiquem a apreciação da ação ou o próprio direito. O autor anexou aos autos documento do IML atestando a sua incapacidade, a perda de três dedos do pé esquerdo, bem como a negativa da seguradora em pagar o valor do seguro DPVAT. Apesar disso, não ficou claro que o valor a ser pago pela seguradora é o valor máximo previsto na lei 6.194/1974. Conforme previsto nesta lei, há critérios que balizam o pagamento por invalidez permanente. Assim, é necessário a oitiva da requerida antes da concessão de uma liminar determinando o pagamento do valor do seguro.

Importante frisar que pelo documento anexo pelo autor de negativa da requerida em conceder o seguro, fica claro que a lesão não está consolidada, motivo pelo qual não dá para afirmar com certeza que o autor tem direito ao valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais). Sendo assim, não cabível a concessão de uma liminar neste momento processual, sendo necessário realizar-se audiência de instrução a fim de colher informações sobre o grau da lesão sofrida pelo autor.

Assim, analisando detidamente os autos, constato que a parte autora não demonstrou a existência dos requisitos legais para a concessão da referida medida. Não obstante as alegações arguidas na inicial, não se verifica a plausibilidade do direito alegado. Além disso, o autor não demonstrou a possibilidade de risco de dano jurídico irreversível.

Desta feita, **INDEFIRO o pedido de liminar.**

Mantenho a audiência já anotada pelo sistema. Prosseguir com o feito. Expedir mandado de cumprimento de liminar, via Secretaria, com cópia desta decisão.

Cumpra-se.

Teresina-PI, 02 de março de 2020.

Dr. Celso Barros Coelho Filho

Juiz de Direito

PETIÇÃO EM PDF



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DO JUIZADO
ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL ZONA NORTE 1 DA COMARCA DE
TERESINA – PIAUÍ**

VALDIR PAULO DE SOUSA, brasileiro, solteiro, desempregado, portador do RG, nº 516.627, portando o CPF, nº 185.344.573-87, residente e domiciliado na Rua São Miguel, bairro Poti Velho, Teresina-PI, vem, mui respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, através de seu advogado, infra assinado, com endereço profissional na Av. Governador Tibério Nunes, S/A, bairro Cabral, aforar a presente:

<p>AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT COM PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA</p>
--

em conformidade ao artigo 3º, alínea “a”, da Lei Federal nº 6.194/74, c/c o inciso II, do artigo 3º e inciso I, do artigo 4º da Lei 9.099/95 – contra a **SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A**, Sociedade Anônima Fechada, inscrita no CNPJ sob o nº 09.248.608/0001-04, com endereço sito à Rua Senador Dantas, 74, 15º andar, Centro, Rio de Janeiro – RJ, CEP 20031-205, pelas razões de fato e plausíveis direitos que passa a aduzir, para o final requerer:

I PRELIMINAR

JUSTIÇA GRATUITA

O Autor solicita que seja-lhe concedido o benefício da gratuidade judiciária, em virtude de não poder arcar com o ônus financeiro decorrente do presente processo, sem que com isso ponha em xeque o seu sustento e de seus familiares.

É de ordem pública o princípio da justiça gratuita àqueles que não detem condições de arcar com as custas e despesas oriundas do processo sem prejuízo do sustento próprio e de sua família nos termos da Lei 13.105/2015, redação versada ao art. 98, Caput.



Deste modo, pede-se o acolhimento a GRATUIDADE JUDICIÁRIA, tendo em vista se estado de pobreza, assim, abrigando-o e primando pelo acesso a justiça, corolário do devido processo legal.

I.I AFASTAMENTO DA COMPLEXIDADE DA CAUSA

Insta ponderar, que o Autor está sob a guarida de laudos onde atestam sua fragilidade e além disso, corroboram para sua debilidade definitiva/permanente, conforme laudo do IML acostado aos autos.

Deste modo, é pacífico o entendimento dos Tribunais ao julgarem casos análogos, vejamos:

DIREITO PROCESSUAL E DIREITO CIVIL. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). ADMISSIBILIDADE DO RECURSO ADESIVO. PRELIMINAR DE CARÊNCIA DE AÇÃO POR FALTA DE INTERESSE DE AGIR E FALTA DE DOCUMENTO INDISPENSÁVEL. NECESSIDADE DE PERÍCIA MÉDICA. VALOR DO SEGURO. TERMO INICIAL DOS JUROS DE MORA E DA CORREÇÃO MONETÁRIA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. 1. Admite-se o recurso adesivo apenas em caso de sucumbência recíproca (CPC, art. 500), o que não se verifica na espécie. 2. Para ajuizamento de ação de cobrança de seguro obrigatório, é desnecessário o esgotamento da via administrativa, assim como é despicienda a juntada do Registro de Ocorrência Policial se presente nos autos outros elementos que comprovem a existência do acidente e o dano causado por ele. Não há se falar em carência de ação por falta de interesse de agir e falta de documento indispensável. 3. **É desnecessária a realização de perícia médica se existe laudo do Instituto Médico Legal.** 4. As leis nºs 6.205/75 e 6.423/77 não revogaram a Lei nº 6.194/74, assim como não o fez a resolução do CNSP. Permanece em vigor o valor indenizatório de 40 (quarenta) salários mínimos. 5. Contam-se os juros de mora a partir da citação e de correção monetária a partir do ajuizamento da ação. 6. Não há de reduzir a verba honorária se atende aos parâmetros do §3º do art 20º do



CPC. (APC nº 20050110505128 (290306), 3º Turma Cível do TJDF, Rel. Arnaldo Camanho. J. 17.10.2007, unânime, DJU 18.12.2007, p.97).

(TJGO-029493) APELAÇÃO CÍVEL. COBRANÇA. DPVAT. PERÍCIA. DESNECESSIDADE, COMPROVAÇÃO DEFICIÊNCIA PERMANENTE. VINCULAÇÃO AO SALÁRIO MÍNIMO. VALOR DO SEGURO – 40 (QUARENTA) SALÁRIOS MÍNIMOS. I. **Inexiste necessidade de realização de perícia quando os documentos colacionados são suficientes a demonstrarem a invalidez permanente.** II. Não há confronto entre o art. 3º, alínea “a”, da Lei 6194/74 e os dispositivos constitucionais, sobretudo em relação ao art. 7º, inc. IV, que diz respeito a vedação de indexação do salário mínimo, como meio de evitar a escalada inflacionária. A hipótese versada na referida lei trata-se de mera utilização do mesmo título de quantificação de um valor indenizatório. III. A resolução da CNSP não se aplica a ação de cobrança objetivando pagamento a menor do valor do prêmio DPVAT, de acordo com o quantum delimitado na Lei 6194/74, art. 3º, á preconiza que o seguro DPVAT proveniente do evento invalidez permanente será pago a quem de direito na importância equivalente de 40 vezes o maior salário vigente do país, Apelo conhecido e improvido (Apelação Cível nº 89516-0/188 (200501052679), 3º Câmara Cível do TJGO, Goiânia, Rel. Des. WALTER CARLOS LEMES, j. 27.09.2005).

Por fim, superadas as preliminares, carece a essencialidade de prova pericial quando já constatada via laudo do IML os danos suportados no acidente de trânsito, conforme entendimentos supramencionados das jurisprudências.

II SÍNTESE FÁTICA

No dia 14 de setembro de 2019, às 11:00h, quando estava parado no sinal que dá acesso a rua da sua residência, no bairro Poti Velho, nesta capital, o Requerente sofreu um acidente de trânsito. Pilotava sua moto, quando foi surpreendido por um motorista que dirigia um caminhão baú, onde acabou passando por cima da sua perna, **amputando três dedos do pé esquerdo,**



tendo uma limitação funcional em 40% (quarenta por cento) e apresentando ainda deformidade permanente, conforme careado pelo laudo do Instituto Médico Legal - IML.

Em virtude do acidente o Autor sofreu fratura nos três dedos, tendo que se submeter a procedimento cirúrgico para amputar os três dedos, tendo em vista o estado degradante e irreversível, conforme pode ser observado em Laudos Médicos, Exames e Laudo de Exame Pericial do Instituto Médico Legal – IML anexados.

Nesta sede, o Autor requereu administrativamente o seguro DPVAT, sendo negado arbitrariamente, portando, o mesmo pede tutela jurisdicional, haja vista o desrespeito a um direito de todo condutor no ato de acidente.

III DO DIREITO

III.1 DA LEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM DA SEGURADORA LÍDER

Concernente a legitimidade passiva para a causa em tela, resta uníssono o entendimento de que qualquer uma das seguradoras que operam no sistema de Convênio do Seguro Obrigatório – DPVAT pode ser acionada no escopo de efetuar o pagamento da indenização pertinente ao seguro DPVAT – senão, vejamos posicionamento do Superior Tribunal de Justiça:

DIREITO CIVIL. RECURSO ESPECIAL. SEGURO DPVAT. AÇÃO DE COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA. LEGITIMIDADE DE SEGURADORA DIVERSA DA QUE REALIZOU O PAGAMENTO A MENOR OU NEGOU-SE. SOLIDARIEDADE PASIVA. INCIDÊNCIA DO ARTIGO 275, CAPU E PARÁGRAFO ÚNICO DO CÓDIGO CIVIL DE 2002. **A jurisprudência é sólida em afirmar que as seguradoras integrantes do consórcio do Seguro DPVAT são solidariamente responsáveis pelo pagamento das indenizações securitárias, podendo o beneficiário cobrar o que é devido de qualquer uma delas.** (STJ, Relator: Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Data de Julgamento: 15.12.2012, T4 – QUARTA TURMA).

Portanto, qualquer seguradora responsável pelo Seguro DPVAT é parte legítima para estar em juízo, sendo a Requerida escolhida porque se negou em pagar a indenização justa e correta ao autor sem motivo ensejador para tanto.



IV RELATIVO AO INTERESSE DE AGIR NO CASO VERTENTE DOS AUTOS

A Constituição Federal de 1988 assegura em seu art. 5º, XXXV que a lei não excluirá da apreciação do Poder do Judiciário lesão OU ameaça a direito. Dessa forma a parte Suscitante não precisaria ter se submetido à esfera administrativa no sentido de ver atendido um direito legal que lhe assiste.

Conforme o princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional é garantido acesso amplo ao Poder Judiciário – sendo defeso a este fechar os olhos e ser indiferente diante de uma violação a um direito merecedor.

Ademais, não há na lei um dispositivo que determine que uma pessoa necessite primeiro ingressar com pedido de ressarcimento na Sede da Seguradora para valer seus direitos indisponíveis após negativa desta buscar deslinde na justiça.

A própria lei 6.194/74, que regulamenta o seguro DPVAT, não coloca como exigência ao recebimento da indenização qualquer início de requerimento administrativo.

Nessa seara é elucidativo o ensinamento do ilustre doutrinador – Nelson Nery visto que tratou do assunto com extrema propriedade ao declarar que:

“Não pode a lei infraconstitucional condicionar o acesso ao Poder Judiciário ao esgotamento da via administrativa, como ocorria no sistema revogado (CF/67, 153, §4º)”.

Tal entendimento foi recepcionado por nossos Pretório – representado através da decisão abaixo colacionada:

APELAÇÃO – COBRANÇA – INDENIZAÇÃO – DPVAT – INTERESSE DE AGIR – REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO – DESNECESSIDADE. Lei 6.194/74, que regulamenta o seguro DPVAT, não coloca como exigência ao recebimento da indenização qualquer início de requerimento administrativo. O direito de ação é conferido a todo e qualquer cidadão, não constituindo óbice à pretensão do autor a ausência de interpelação administrativa.

(TJ-MG – AC: 10024122241953001 MG, Relator: Antônio Bispo, Data de Julgamento: 20.03.2014, Câmaras Cíveis/15º CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 01/04/2014).



Outrossim, cabe salientar que as Seguradoras que compõem o sistema de Convênio do Seguro Obrigatório DPVAT dificultam o pagamento na via administrativa solicitando farta documentação prorrogando e obstruindo ao máximo o pagamento da verba indenizatória, descumprindo, desta maneira, preceito legal, também, quando na maioria das vezes é efetivamente pago valor inferior ao que é estabelecido por força da lei – insurgindo, daí explicitamente o interesse de agir da parte Autoral que ora o exercita através do ajuizamento da presente demanda junto ao Poder Judiciário.

Por fim, deve-se asseverar que o Autor fez requerimento administrativo, contudo não recebeu a verba indenizatória, tornando-se uma latente afronta ao instrumento legal, preconizado nos ditames aqui robustecido.

V DAS PROVAS IMPRESCINDÍVEIS AO RECEBIMENTO DO SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT – DIPLOMA LEGAL

O direito a indenização está vinculado apenas a comprovação, pela Parte Autora, da ocorrência do acidente e do dano daí decorrente, independentemente de culpa e mediante a apresentação da documentação exigida no ar. 5º, §1º, alínea “b”, da Lei nº8.441, de 13 de julho de 1992, que alterou substancialmente a lei nº 6.194/74, que trata do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT) – que se encontra abaixo disposto, vejamos:

Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

§1º A indenização referida neste artigo será paga com base no valor da época da liquidação do sinistro, em cheque nominal aos beneficiários, descontável no dia e na praça da sucursal que fizer a liquidação, no prazo de quinze dias da entrega dos seguintes documentos:

- a) Certidão de óbito, registro da ocorrência no órgão policial competente e a prova de qualidade de beneficiários no caso de morte;



- b) Provas das despesas efetuadas pela vítima com o seu atendimento por hospital, ambulatório ou médico assistente e registro da ocorrência no órgão policial competente – no caso de danos pessoais;

§4º Havendo dúvida quanto ao nexo de causa e efeito entre o acidente e as lesões, em caso de despesas médicas suplementares e invalidez permanente, poderá ser acrescentado ao boletim de atendimento hospitalar relatório de internamento ou tratamento, se houver, fornecimento pela rede hospitalar e previdenciária, mediante pedido verbal ou escrito pelos interessados, em formulário próprio da entidade fornecedora.

§5º O instituto médico legal da jurisdição do acidente também quantificará as lesões físicas ou psíquicas permanentes para fins de seguro previsto nesta lei, em laudo complementar, no prazo médio de noventa dias do evento, de seguro de acidente suplementada, nas restrições e omissões destas, pela tabela de acidentes do trabalho e da classificação internacional das doenças.

É por demais farta a documentação acostada à inicial fazendo prova verídica do ocorrido, tendo, o Requerente, direito a indenização por danos pessoais em 40 (quarenta) salários mínimos à época do pagamento pela invalidez permanente e/ou em caso de juízo diverso a indenização correspondente ao grau de invalidez efetivadas até a data de pagamento do seguro com correção monetária e juros pela mora do pagamento.

No mais, não restam dúvidas ante a sinopse fática e a fundamentação suscitada, além da prova acostada aos autos produzida, o que foram um conjunto harmônico, não subsistindo a tese de afastamento do nexo causal entre o acidente automobilístico e a situação fática do dano.

Por fim, pede-se o acolhimento ao julgamento procedente pela indenização a incapacidade permanente do Autor, tendo em vista os documentos colacionados aos autos visando causar um esclarecimento sobre as teses ventiladas.

VI TUTELA DE URGÊNCIA – INAUDITA ALTERA PARTE



ADVOCACIA & CONSULTORIA

No bojo da concessão da Tutela de Urgência, além do requerimento da parte Requerente, ora ofertado e ao final reiterado, é indispensável a prova inequívoca dos fatos arrolados na exordial e fundado receio de risco ao processo, a teor do art. 300, ncp, vejamos:

Art. 300, ncp/15, diz. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo.

Nessa toada, os fortes argumentos entrelaçados na umbilical reportam a plausibilidade da formulação da pretensão.

Deste modo, nas hipóteses nele apontadas do artigo de lei, a probabilidade de o juiz conceder ao autor um provimento liminar que, provisoriamente, lhe assegure o bem jurídico a que se refere à prestação de direito material reclamado como objeto da relação jurídica entre o objeto do litígio.

Tal pedido formulado, versa sobre o adimplemento do seguro obrigatório de acidente de trânsito, verba de conteúdo eminentemente social, e que visa amenizar o sofrimento de vítimas de acidente automobilístico, no caso em tela de invalidez.

Cabe ressaltar, ainda, que é consabido que as seguradoras quando condenadas empregam meios de recorrer, resultando um embaraço na lide, na sua maioria das vezes perfazendo anos e mais anos, no escopo de se privar ao pagamento legal ao Autor.

Com efeito, gera uma extrema necessidade da tutela de urgência a ser deferida de forma total, no sentido de assegurar o resultado útil do presente processo.

Por fim, com base nos documentos trazidos a este juízo, resta sabido o receio ao dano irreparável ou de dificultosa reparação, tendo em vista, que o Requerente tem suportado a árdua tarefa de tentar se sustentar sozinho à migrações, precisando do amparo judicial do estado juiz, pondo fim a essa espera sem fim.

VII DOS PEDIDOS

A lume do exposto, requesta à Vossa Excelência o seguinte:

- a) Conceda a Gratuidade Judiciária, nos termos do art. 98 do NCPC/15;



ADVOCACIA & CONSULTORIA

- b) Em sede de urgência conceda a liminar proposta, inaudita altera parte, tendo em vista a comprovação do seu estado de capacidade diminuída, corroborada pelos documentos anexados;
- c) A citação da Requerida, no endereço escoado na peça vestibular, para querendo, venha arguir ponto a ponto, sob pena de revelia, e gerando efeitos nefastos; em consonância ao art. 18, do veículo normativo nº 9.099;
- d) Julgar procedente inteiramente as teses elevadas quanto ao pagamento da indenização do seguro dpvat, decorrente do acidente que culminou na invalidez permanente do segurado, baseado nas provas produzidas e acostadas aos autos;
- e) Em conjectura de recurso, seja este antecedido de **depósito do valor da sentença** e demais custas processuais, nos termos dos arts. 54 e 55, da Lei nº 9.099/95. Ainda, que no caso de **não seguimento do recurso**, nos termos do art. 932, do CPC, seja a requerida, do mesmo modo, compelida ao **pagamento das custas processuais e honorários advocatícios**, conforme enunciado 27 do Primeiro Encontro dos Juizados Especiais;
- f) E o não pagamento voluntário da sentença ou acórdão esgotado os recursos – transito em julgado, se dê início automaticamente ao processo de execução, de acordo com o art. 52, inciso IV, do instrumento normativo nº 9.099/95, ainda que desprovido de novel petitório com juros e correção monetária a partir do protocolamento da demanda;

VIII REQUERIMENTOS FINAIS

Pugna provar por todos os meios de provas em direito conquistados, principalmente pelo depoimento pessoal, provas documentais e outras que se fizerem pertinentes para o deslinde da questão em órbita.

Atribui-se o valor da causa em R\$ 13.500,00

Nestes termos, pede e espera deferimento.

Teresina-PI, 30 de Janeiro 2020.

(Assinatura Eletrônica)

Luan Estevão Silva Cunha

OAB/PI, nº 18.003.

PROCURAÇÃO AD JUDICIA "ET EXTRA"

OUTORGANTE:

Valdir Paulo de Sousa, brasileiro, solteiro, desempregado, RG, nº 516.627, CPF, nº 185.344.577-87, residente e domiciliado no Rua São Miguel, 6532, bairro Poti Velho, Geraceira - Piauí.

OUTORGADO: LUAN ESTEVÃO SILVA CUNHA, OAB-PI, nº 18.003, com endereço profissional na Av. Governador Tibério Nunes S/A, bairro Cabral, Teresina-PI.

PODERES: Pelo presente instrumento particular de procuração nomeia e constitui seu bastante procurador e advogado devidamente qualificado acima, com a cláusula "**AD JUDICIA ET EXTRA**", para, agindo em conjunto ou separadamente, representa-lo (a) ante as repartições públicas e qualquer juízo, instância ou tribunal, estando os mandatários autorizados, a propor contra quem de direito as competentes ações ou a defende-la nas adversas, seguindo umas e outras até final decisão, usando dos recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhes também, poderes especiais para confessar, transigir, variar, desistir, fazer acordos, receber e dar quitações, requerer o que convier, firmar compromissos, assinar termos, receber citações, notificações, intimações, representar o (a) outorgante em audiências, perante os juízos deprecantes e deprecado e em qualquer, gozar da justiça gratuita nos termos do artigo 105, NCPC/15, instância, podendo substabelecer o presente mandato com ou sem reservas de poderes, praticando, enfim, tudo o mais que se tornar necessário à defesa do (a) outorgante e ao bom fiel cumprimento do presente mandato.

Teresina-PI, 29 de Junho 2020.

Valdir Paulo de Sousa

OUTORGANTE



LAUDO DE EXAME PERICIAL - L. CORPORAL-ACID. TRÂNSITO

Identificação do Laudo:		Pag: 1 de 1	
Código: 123908	Tipo: L. CORPORAL-ACID.	Requerente: DELEGACIA DE ACIDENTES	Cidade: TERESINA-PI
Data Requisição: 09/12/2019	Remeter para: o mesmo(a)	Data Exame: 24/01/2020	Hora Exame: 17:42
Local Exame: I.M.L.	Emissão do Laudo: 24/01/2020 17:44:17		

Identificação do Periciando:			
Código: 102252	Nome: VALDIR PAULO DE SOUSA	Nacionalidade: Brasileira	Cor: Parda
Dt. Cadastro: 12/12/2019	Endereço: R. SÃO MIGUEL N 6532 - POTY VELHO - TERESINA - PI		
Mãe: RAIMUNDA TERESA DE JESUS	Pai: EDIMUNDO PAULO DE SOUSA		
CPF: 185.344.573-87	RG: 516627-SSP-PI	Registro Nascimento:	
Profissão: PEDREIRO	Nascimento: 03/08/1961	Idade(anos): 58	Sexo: M
		Estado Civil: Solteiro(a)	

LAUDO:

P R E Â M B U L O: No dia, hora e local acima referidos, os peritos designados pelo Ilustríssimo Coordenador Estadual do Instituto de Medicina Legal "Gerardo Vasconcelos", IMLGV, André Biondi Ferraz - Perito Médico-Legista - CRM 4466 - PI, nos termos do art. 178 do Código de Processo Penal, para procederem ao Exame de Corpo de Delito descrito acima do periciando também já qualificado. Em face do que viram e observaram passaram a descrever com verdade e com todas as circunstâncias o que encontraram e, bem assim, esclarecerem tudo quanto possa interessar. **H I S T Ó R I C O:** Periciando informa ter sofrido acidente de trânsito com motocicleta no dia 14/09/2019, em Teresina - PI, tendo fratura exposta em pé direito; sendo conduzido pelo SAMU ao HUT, aonde realizou tratamento cirúrgico. **DESCRIÇÃO:** Periciando alo e auto psiquicamente orientado apresentando cicatrizes cirúrgicas em pé direito E AMPUTAÇÃO DE II, III, e IV pododáctilos esquerdos, com limitação funcional de 40 % de membro inferior direito e apresentando ainda deformidade permanente em virtude da amputação dos pododáctilos. Periciando possui o prontuário médico que demonstra o tratamento realizado (vide documentação em anexo). **CONCLUSÃO:** Periciando com sequela de lesão contusa que o inabilitou por mais de 30 dias para suas ocupações habituais e que produziu limitação permanente de arcos de movimentos de membro inferior direito de 40 % e apresentando ainda deformidade permanente em virtude da amputação dos pododáctilos. **RESPOSTA AOS QUESITOS FORMULADOS:** 1) Houve ofensa à integridade física ou a saúde do examinado? Resp.: SIM. 2) Qual o instrumento ou meio que a produziu? Resp.: CONTUNDENTE. 3) Tais lesões poderão ter sido provocadas por acidente de trânsito? Resp.: SIM. 4) Resultará incapacidade para as ocupações habituais por mais de trinta dias, ou perigo de vida, ou debilidade permanente de membro, sentido ou função? Resp.: SIM. Periciando com sequela de lesão contusa que o inabilitou por mais de 30 dias para suas ocupações habituais e que produziu limitação permanente de arcos de movimentos de membro inferior direito de 40 %. 5) Resultará incapacidade permanente para o trabalho, ou enfermidade incurável, ou perda ou inutilidade de membro, sentido ou função ou deformidade permanente? Resp.: SIM. Deformidade permanente em virtude da amputação dos pododáctilos. 6) Outros dados julgados úteis? Resp.: NÃO. Nada mais havendo, deu-se por findo o presente laudo, que lido e achado conforme, vai devidamente assinado. /////

REGIS CARLOS DE OLIVEIRA SOUSA
Perito Médico-Legista - CRM 5221 - PI

Rio de Janeiro, 13 de Dezembro de 2019

Nº do Pedido do

Seguro DPVAT: 3190677520

Vítima: VALDIR PAULO DE SOUSA

Data do Acidente: 14/09/2019

Cobertura: INVALIDEZ

Procurador: LUAN ESTEVAO SILVA CUNHA

Assunto: VÍTIMA EM TRATAMENTO

Senhor(a), VALDIR PAULO DE SOUSA

Devido a lesão não estar consolidada, não é possível, no momento, caracterizar a invalidez permanente pleiteada.

Assim, após finalizado o tratamento médico/hospitalar e se verificada a existência de invalidez permanente, a vítima deverá apresentar os respectivos documentos médicos, tais como os listados a seguir:

- Boletim médico/hospitalar, com a ficha da evolução médica e a alta médica hospitalar;
- Relatório do tratamento médico realizado na internação e/ou no atendimento ambulatorial;
- Laudos de exames, caso realizados no tratamento, tais como: Raio X, tomografia, ressonância magnética e de controle pós procedimento cirúrgico ou tratamento conservador ambulatorial, com a identificação do paciente e data de realização.

Em caso de cirurgia anexar: os relatórios médicos hospitalares com os procedimentos adotados e materiais usados, folha de anestesia, folhas de evolução médica e sumário de alta.

Informamos que é direito do paciente solicitar e receber, sem custos, os documentos do tratamento médico realizado nos hospitais públicos ou particulares, em internação ou tratamento ambulatorial.

Esclarecemos, por fim, que os documentos emitidos por enfermagem ou outros profissionais da área de saúde devem estar, necessariamente, acompanhados pela respectiva evolução/solicitação médica.

Uma das coberturas do Seguro DPVAT é o reembolso de despesas médicas e suplementares - DAMS. Caso existam despesas devidamente comprovadas, decorrentes do mesmo acidente e ainda não solicitadas, retorne ao mesmo ponto de atendimento onde foram apresentados os documentos do pedido do seguro DPVAT da cobertura Invalidez Permanente ou acesse o nosso site para maiores informações.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Estamos aqui para Você

Carta nº 15237705





GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
POLÍCIA CIVIL
DELEGACIA DE REPRESSÃO AOS CRIMES DE TRÂNSITO - TERESINA-PI



BOLETIM DE OCORRÊNCIA

Nº: 011112/2019

DADOS DO REGISTRO

Data/Hora Início do Registro: 19/11/2019 15:16 Data/Hora Fim: 19/11/2019 15:29
Delegado de Polícia: Erika Mourao Melo de Aguiar

DADOS DA OCORRÊNCIA

Afeto: Delegacia de Repressão Aos Crimes de Trânsito
Data/Hora do Fato: 14/09/2019 17:20

562119

Local do Fato

Município: Teresina (PI)
Logradouro: av. isidoro França

Bairro: Poti Velho

Tipo do Local: Via Pública

Natureza	Meio(s) Empregado(s)
1223: LESÃO CORPORAL CULPOSA NA DIREÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR (Art. 303 Caput da Lei dos crimes de trânsito - CTB)	Veículo

ENVOLVIDO(S)

Nome Civil: VALDIR PAULO DE SAUSA (VÍTIMA, COMUNICANTE)

Nacionalidade: Brasileira Naturalidade: PI - Piracuruca Sexo: Masculino Nasc: 03/08/1961
Profissão: Pedreiro
Estado Civil: Solteiro(a)
Nome da Mãe: Raimunda Teresa de Jesus

Endereço

Município: Teresina - PI
Logradouro: rua são miguel Nº: 6532
Bairro: poti velho

Nome Civil: DESCONHECIDO 1 (SUPOSTO AUTOR/INFRATOR)

Nacionalidade: Brasileira

Endereço

Município: Teresina - PI

OBJETO(S) ENVOLVIDO(S)

Grupo Veículo	Subgrupo Motocicleta/Motoneta
Descrição moto	Veículo Adulterado? Não
Quantidade 1 Unidade	Situação Meio Empregado
Nome Envolvido	Envolvimentos
Valdir Paulo de Sausa	Proprietário

RELATO/HISTÓRICO

relata a vítima que conduzia a moto em endereço citado, que estava esperando o sinal abrir, quando um caminhão que vinha logo atrás colidiu na traseira de sua moto, onde a vítima foi lesionado, socorrido pelo samu, encaminhado para o hut. fato informado pela vítima.



Delegado de Polícia Civil: Erika Mourao Melo de Aguiar
Impresso por: Almiralce Ribeiro Lebre Carlos
Data de Impressão: 19/11/2019 15:29
Protocolo nº: Não disponível

Página 1 de 2

PPe - Procedimentos Policiais Eletrônicos





GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
POLÍCIA CIVIL
DELEGACIA DE REPRESSÃO AOS CRIMES DE TRÂNSITO - TERESINA - PI

BOLETIM DE OCORRÊNCIA

Nº: 011112/2019

ASSINATURAS


Almiralce Ribeiro Lebre Carlos
escrivão
Matricula 0097616
Responsável pelo Atendimento


Valdir Paulo de Sausa
(Comunicante / Vítima)

"Declaro para os devidos fins de direito que sou o(a) único(a) responsável pelas informações acima assentadas e ciente que poderei responder civil e criminalmente pela presente declaração que dei origem, conforme previsto nos Artigos 339-Denúnciação Caluniosa e 340-Comunicação Falsa de Crime ou de Contravenção do Código Penal Brasileiro."



Delegado de Polícia Civil: Erika Mourao Melo de Aguiar
Impresso por: Almiralce Ribeiro Lebre Carlos
Data de Impressão: 19/11/2019 15:29
Protocolo nº: Não disponível

Página 2 de 2

PPe - Procedimentos Policiais Eletrônicos

Scanned by CamScanner

Num. 8138370 - Pág. 2



FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA PROF. ZENON ROCHA
SERVIÇO DE ANATOMIA PATOLÓGICA

FMS
Fundação Municipal
de Saúde

RELATÓRIO DE OPERAÇÃO
Centro Cirúrgico

Nome do Paciente <u>Valter Paulo de Souza</u>		
Diagnóstico pré-operatório <u>Infecção Necrose do Abdomen</u>		
Operação - Tipo <u>Incisão Laparoscópica</u>		
Cirurgião <u>Dr. Raul</u>	1º Assistente	
2º Assistente <u>Dr. Raul</u>	3º Assistente	
Instrumentação <u>Dr. Raul</u>	Anestesista <u>Dr. Fernando</u>	Anestesia <u>Rapida</u>

Anestésico(a)		
Data da Operação <u>01.10.19</u>	Início	Fim
Diagnóstico Pós-operatório		

Relatório Imediato do Patologista

Acidente Durante a Operação

Dina Vieira e Silva
SAME - HUT
Confere com o Original

DESCRIÇÃO DA OPERAÇÃO
(Técnica, Ligadura, Suturas, Drenagem, Fechamento)

1 - Incisão
2 - Insuflação
3 - Incisão Laparoscópica
4 - Hemostasia
5 - Sutura

Dr. Raul Rubens de Macedo Neto
ORTOPEDIA - TRAUMATOLOGIA
TEO 12.994
CRM-PI 3849

Mod. 76 HUT

LAUDO PARA SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR

No. da Autorização de Internação Hospitalar (AIH)

248017

Identificação do Estabelecimento de Saúde

1-Nome do estabelecimento solicitante:
HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA - HUT
3-Nome do estabelecimento executante:
HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA - HUT

2-CNES
5828856
Código da Internação:
4-CNES
5828856
248697

IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE

5-Nome: **VALDIR PAULO DE SOUSA**
6 - Prontuário: 522846
7-CNS: 700008730921001
8-Nascimento: 03/08/1961
9-Sexo: Masculino
CPF: 185.344.573-87
Mãe: **RAIMUNDA TERESA DE JESUS**
12-Fone: 86-99542-2696
14-Cor: Sem Informação
13-Resp: **VANDO**
15-Endereço: **RUA SAO MIGUEL N 6532 - POTY VELHO - CEP: 64069-990**
16-Munic: **TERESINA**
17-Cod. IBGE: 221100
18-UF: **PI**
19-CEP: 64069-990

JUSTIFICATIVA DA INTERNAÇÃO

20 - Principais sinais e sintomas clínicos:

Infecção fô (E)

mic

21 - Condições que justificam a internação:

22 - Principais resultados de provas diagnósticas (Resultado de exames realizados):

23-Diagnóstico Inicial:

Traumatismos superficiais múltiplos não especificados

24-CID Prin: T009
25-CID Sec.:
26-CID C.Ass.:

PROCEDIMENTO SOLICITADO

28-Cod.Proced.: 27-Procedimento Solicitado:
0413040178 TRATAMENTO CIRURGICO DE LESOES EXTENSAS C/ PERDA DE SUBSTANCIA CUTANEA

29-Clinica: 30-Caráter: Ident.: 31-Docum.: 32-Doc. Méd. Solic.:
02 01 CPF 004.798.243-80

33-Nome Profissional Solicitante/Assistente: 34-Data Solicitação:
RAUL RUBEN DE MACEDO NETO 01/10/2019

PREENCHER EM CASO DE CAUSAS EXTERNAS (ACIDENTES OU VIOLÊNCIAS)

36-() Acidente de Trânsito
37-() Acidente Trabalho Típico
38-() Acidente Trabalho Trajeto
39-CNPJ Seguradora:
40-No. Bilhete:
41-Série:
42-CNPJ Empresa:
43-CNAE Empresa:
44-CBOR:
45 - Vínculo com a Previdência:
() Empregado () Empregador () Autônomo () Desempregado () Aposentado () Não Segurado

AUTORIZAÇÃO

46 - Nome do Profissional Autorizador: 47-Data Autorização:
48-Documeto: 49-Num. Documento:
() CNS () CPF
50-Associação (Rg. Conselho)
51 - Assinatura Paciente ou Responsável:
Dina Vieira e Silva
52-Data Local: 741413
Consulta SUS:
Impressão: 01/10/2019 16:30

LAUDO PARA SOLICITAÇÃO DE INTERNAÇÃO/AUTORIZAÇÃO HOSPITALAR		Nº LAUDO: 248017
FORMA DE ENTRADA: PRÓPRIO ESTABELECIMENTO		AIH: 2219102313384

IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO	
ESTABELECIMENTO SOLICITANTE HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA PROFESSOR ZENON ROCHA - HUT	CNES 5828856
ESTABELECIMENTO EXECUTANTE HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA PROFESSOR ZENON ROCHA - HUT	CNES 5828856

IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE	
CARTÃO SUS 700008730921001	NOME DO PACIENTE VALDIR PAULO DE SOUSA
DOCUMENTO CPF 86988786699	NOME DA MÃE RAIMUNDA TERESA DE JESUS
CEP 64008040	ENDEREÇO - LOGRADOURO RUA SAO MIGUEL
BAIRRO ALTO ALEGRE	COMPLEMENTO
MUNICÍPIO TERESINA	NUMERO / LOTE 6532
NASCIMENTO 03/08/1961	SEXO M
PRONTUÁRIO 522846	RESPONSÁVEL VANDO

LAUDO TÉCNICO E JUSTIFICATIVA DA INTERNAÇÃO	
PRINCIPAIS SINAIS E SINTOMAS CLÍNICOS TRAUMA EM MMII	UF PI

CONDIÇÕES QUE JUSTIFICAM A INTERNAÇÃO

PRINCIPAIS RESULTADOS DE PROVAS DIAGNÓSTICAS (RESULTADO DOS EXAMES REALIZADOS)
--

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

CID 10 PRINCIPAL / DIAGNÓSTICO INICIAL		
T009 - TRAUMATISMOS SUPERFICIAIS MÚLTIPLOS NÃO ESPECIFICADOS	CID 10 SECUNDÁRIO	CID 10 CAUSAS ASSOCIADAS

PROCEDIMENTO SOLICITADO	
0413040178 - TRATAMENTO CIRÚRGICO DE LESÕES EXTENSAS COM PERDA DE SUBSTÂNCIA CUTÂNEA	

LEITO/CLÍNICA		PROFISSIONAL SOLICITANTE (ASSINATURA/CARIMBO Nº DO CONSELHO) Dina Vieira e Silva SAME - HUT Confere com o Original
ORTOPEDIATRAUMATOLOGIA		
CARÁTER URGÊNCIA	DATA SOLICITAÇÃO 01/10/2019	PROFISSIONAL SOLICITANTE (ASSINATURA/CARIMBO Nº DO CONSELHO) RAUL RUBEN DE MACEDO NETO CPF: 00479824380
DATA ADMISSÃO 01/10/2019 16:28	DATA ALTA 05/10/2019 10:00	MOTIVO ALTA PERMANÊNCIA POR REOPERAÇÃO

CAUSAS EXTERNAS (ACIDENTES OU VIOLÊNCIA)					
TIPO ACIDENTE	CNPJ SEGURADORA	Nº DO BILHETE	SÉRIE	CNPJ DA EMPRESA	CNAE EMPRESA
					CBOR NATUREZA DA LESÃO

JUSTIFICATIVA DA "NÃO" AUTORIZAÇÃO		AUTORIZAÇÃO	
PROFISSIONAL AUTORIZADOR (ASSINATURA E CARIMBO Nº DO CONSELHO) AARAO CRUZ MENDES CPF: 13178547304	NOME DO PROFISSIONAL / PARECER CONTROLE AVALIAÇÃO / AUDITORIA DATA ANALISE: 01/10/2019 16:33:12	CPF	CRM

ASSINATURA DO PACIENTE OU RESPONSÁVEL:
--

about:blank



LAUDO MÉDICO PARA SOLICITAÇÃO DE:

CURATIVO

CÓDIGO: 0401010015

HOSPITAL: HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA PROF. ZENON ROCHA
PACIENTE: Valdir Paulo de Sousa Nº PRONT.: 522846 Nº LAUDO: 248697

JUSTIFICATIVA

PACIENTE COM LESÃO CUTÂNEA APRESENTANDO TECIDO COM ASPÉCTO:

- () NECROSADO
- () ESFACELO AMARELO
- () TECIDO DE GRANULAÇÃO

Justino Sérgio Leal Teixeira
CRM - 3331
Diretor Técnico - HUT

DATA: / /

ASSINATURA DO MÉDICO

AUDITOR

Dina Vieira e Silva
SAME - HUT
Confere com o Original

DATA:

ASSINATURA DO AUDITOR



88 3315-8138





HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA - HUT
Rua Dr. Otto Filho 1020 Redenção - Fone: 06 3210 5445
TERESINA-PI CEP: 64017-770 CNPJ: 05.522.917/0022-02

025/48

PRESCRIÇÃO MÉDICA No.: 72105 - Em: (25/10/2019)

Atendimento	Prestitado	Paciente	Dr. Nome	Clinica	Enfermaria	Leito	Médico Assistente
240607	522046	VALDIR PAULO DA ROCHA	01/00/1961	CLINICA CIRURGICA - 109	ENFERMARIA 225	LEITO 40	ANTONIO GILBERTO ALBUQUERQUE NETO
Evolução:		PACIENTE EM BOM ESTADO GERAL, POREM COM QUEIXA DE DOR INTERNA, IMPEDINDO BOM DESEMPENHO DIAS, RELATA "VAZAMENTO DA SINUSITIDE EM PERNA ESQUERDA" ASSOCIADA A FEBRE (141)					
Hora:		EXAME FÍSICO SEM ALTERAÇÕES.					

Seq.:	Descrição-Apresenç	Unid.:	Via:	Int.:	Receita:	Dil. Vol.:	Horarios:	RELATÓRIO DE ENFERMAGEM:
Dieta	ORAL TIPO LIVRE,							
1	NANITIDINA 150MG	1,00	Comprim	Oral	12/12h		12h	14:00h Alta em
2	DIPIRONA SÓDICA 500MG	1,00	Comprim	Oral	6/6h		12h	14:00h Alta em
3	VITAMINA C 500 MG	4,00	Comprim	Oral	24/24h		14h	
4	ENOXAPARINA SÓDICA 40MG/0,4ML SOL. EM SERINGA INJETAVEL	1,00	Seringa	Subcuta	24/24h		14h	
5	TRAMADOL 50MG/ML INJ. 1ML. DIUIR EM 100 ML DE SF 0,9% SE DOR	1,00	ampola	EV	8/8h	SF 0,9%	14h	

Alto P/ Curacao e
Cuidado e retorno
P/ enfermaria

Dr. Fábio Marcos de Sousa
MÉDICO
CRM-PI 3336

Dina Vieira e Silva
SAME - HUT
Confere com o Original

LAUDO MÉDICO PARA SOLICITAÇÃO DE:

REGISTRO DE ALTA

HOSPITAL: HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA PROF. ZENON ROCHA

PACIENTE: Valdir Paulo de Sousa Nº PRONT.: 522846 Nº LAUDO: 297493

- () ALTA HOSPITALAR
☒ PERMANÊNCIA POR REOPERAÇÃO
() PERMANÊNCIA POR MUDANÇA DE PROCEDIMENTO
() PERMANÊNCIA POR INTERCORRÊNCIA
() PERMANÊNCIA POR PROCESSO DE DOAÇÃO DE ÓRGÃOS, TECIDOS E CÉLULAS-
DOADOR MORTO
() PRESCRIÇÃO EXTRAVIADA
() TRANSFERÊNCIA
() EVASÃO
() ENCERRAMENTO ADMINISTRATIVO

Dina Vieira e Silva
SAME - HUT
Confere com o Original

Justen Sérgio Leal Teixeira
CRM - 3131
Diretor Técnico - HUT

DATA: 26/09/19

ASSINATURA DO MÉDICO

AUDITOR



HOSPITAL
DE URGÊNCIA
DE TERESINA

NOME DO PACIENTE: VALDIR PAULO DE SOUSA

NÚMERO DO PRONTUÁRIO: 522.846

KA
Dina Vieira e Silva
SAME - HUT
Confere com o Original

SERVIÇO DE ARQUIVO MÉDICO E ESTATÍSTICO - SAME
"O HOSPITAL SÓ EXPEDIRÁ CÓPIA DE PRONTUÁRIO UMA VEZ, CABENDO AO
INTERESSADO REPRODUZIR CÓPIAS NECESSÁRIAS
À SUA UTILIZAÇÃO".



Estado do Piauí
Prefeitura Municipal de Teresina

REGISTRO DE ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR
Serviço Móvel de Atendimento de Urgência - SAMU



SAMU
192

Dados do Chamado	01 N° do chamado	02 Data do chamado	03 PRO (código)	04 Saída do PA	05 Chegada ao Local
	06 Saída do local	07 Chegada ao 1º hospital	08 Saída do 1º hospital	09 Chegada ao 2º Hospital	
Local da Ocorrência	10 Endereço	11 Bairro			
	12 Município-UF	Código IBGE			
Dados do Paciente	13 Ponto de referência	14 Nome	15 Sexo		
	16 Idade	17 Indícios de ingestão de bebida alcoólica?			
Tipo de Ocorrência	18 Tipo de ocorrência				
	19 Vítima				
Acidente de Transporte	20 Meio de locomoção				
	21 Outra parte envolvida				
Exame Físico	22 Equipamentos de segurança				
	23 Glasgow =				
Assistência	24 Sinais Vitais				
	25 Local da lesão				
Hospital de Destino	26 Pupilas				
	27 Pulso				
Observações Interdisciplinar	28 Sangramento				
	29 Escala de Dor de 0 a 10				
30 Fratura					
31 Procedimentos realizados					
32 Hospital de Destino					
33 Condições de entrada					
34 Óbito					

Responsável pela recepção: Valdir

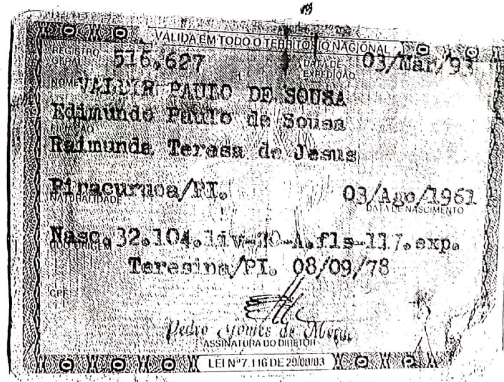
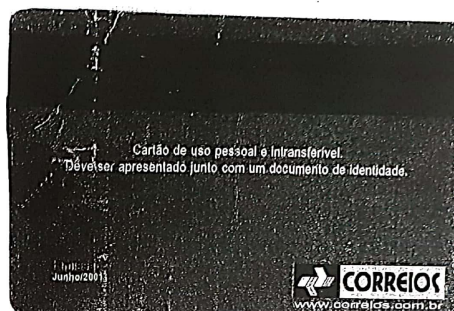
Socorristas: Médico: Francisca Maria da Silva Enfermeiro: R. Nery

AE/TE: Assist. Téc. de SAMU Condutor: R. Nery

Assist. Téc. de SAMU: Assist. Téc. de SAMU

COREN: 215103 SAMU

Versão: 27.11.2011



ÁGUAS DE
TERESINA

CNPJ 27257474000104 - IE 199055574
Av. Prof. Camilo Filho, 1960, Todos os Santos - CEP 64090-040, Teresina - PI
Telefone: 0800 223 2000 ou 115 / (86) 98124-3199

1.43.348
20200123891448

MATRÍCULA

13960571-1

FATURA Nº

150304880

MÊS / ANO

1/2020

NOME / ENDEREÇO

MORADOR VALDIR PAULO DE SOUSA

RUA SÃO MIGUEL BAIRRO POTY VELHO, 6532-ALTO
ALEGRE-TERESINA-PI-cep: 64008040

LOCALIZAÇÃO

016-00039-002920

GRUPO

016

NÚMERO DO HIDRÔMETRO

A09X149296

HISTÓRICO DE CONSUMO

MÊS / ANO TIPO LIDO FATURADO

12/2019 Lido 02 10

11/2019 Lido 17 10

10/2019 Lido 09 10

09/2019 Lido 06 10

08/2019 Lido 05 10

07/2019 Lido 04 10

ECONOMIAS - CATEGORIAS / TIPO TARIFA

1 Residencial - Normal

DATA LEITURA

ANTERIOR 20/12/2019 1218

ATUAL 23/01/2020 1224

CONSUMO MÊS M3

10

LED 12.74/2019

PIS-PASEP

31,36x1,65% = 0,51

COFINS

31,36x7,60% = 2,38

TABELA DE TARIFAS

RESIDENCIAL	FAIXA DE CONSUMO R\$/M3 E (%)
0	10 3.0660 80
10	25 5.7128 80
25	999999 9.6610 80

NÃO RESIDENCIAL
FAIXA DE CONSUMO R\$/M3 E (%)

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS DA FATURA

DESCRIÇÃO

VALOR REFERENTE AGUA - 30,66

> Residencial-Normal

JUROS POR ATRASO

MULTA POR ATRASO

REF.

VALOR

10 0 m3

001/001

001/001

30,66

0,09

0,61

VENCIMENTO

04/02/2020

TOTAL A PAGAR

31,36

IRREGULARIDADES / ANORMALIDADES

MENSAGEM

A VIOLACAO DO CORTE / AUTO RELIGACAO PELO CONSUMIDOR E PASSIVEL DE
MULTA NO VALOR DE R\$ 459,90 A R\$ 2.516,80.

NOTIFICAÇÃO

Após 30 dias do vencimento, o não pagamento desta fatura ocasionará a suspensão dos serviços,
conforme Leis Federais nº. 11.445/2007, Art. 40, inciso V e nº. 8.967/95, Art. 6º, §3º, inciso II

CARACTERÍSTICAS FÍSICAS E QUÍMICAS DA ÁGUA DISTRIBUÍDA (PORTARIA 2.342.1234 DO M.S E DECRETO Nº 5.440)

PARÂMETROS	AMOSTRAS REALIZADAS	AMOSTRAS EM CONFORMIDADE	AMOSTRAS EM DESCONFORMIDADE	MÉDIA/MÊS	VALOR PERMITIDO
CLORO LIVRE	2994	2988	6	1,33	0,2-5,0 mg/l
COR APARENTE	3255	3238	17	4,47	Inferior a 15
PH	2177	2142	35	6,81	6,00-9,50
TURBIDEZ	3258	3230	28	1,21	Inferior a 5
COLIFORMES TOTAIS					

CARACTERÍSTICAS MICROBIOLÓGICAS DA ÁGUA DISTRIBUÍDA (PORTARIA 2.342.1234 DO M.S E DECRETO Nº 5.440)

PARÂMETROS	AMOSTRAS REALIZADAS	AMOSTRAS EM CONFORMIDADE	AMOSTRAS EM DESCONFORMIDADE	MÉDIA/MÊS	VALOR PERMITIDO
ESCHERICHIA COLI	1371	1371	0	Ausencia	Ausente
	1371	1371	0	Ausencia	Ausente

DATA DA EMISSÃO: 23/01/2020 HORA DA EMISSÃO: 09:14

1.43.348

20200123891448

ÁGUAS DE
TERESINA

MATRÍCULA

13960571-1

FATURA Nº

150304880

MÊS / ANO

1/2020

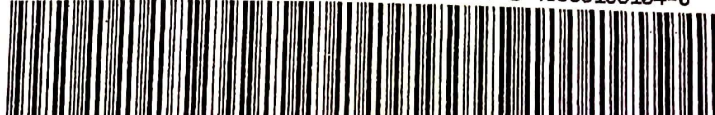
VENCIMENTO

04/02/2020

VALOR A PAGAR

31,36

8265000000-3 31361535000-3 00202015030-2 48800100104-6



Scanned by CamScanner

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES

DETRAN - PI 9020170687686 Nº 014208058486
CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO

VIA 1 COD. RENAVAM 1166132258 R.N.T.R.C. EXERCÍCIO 2019

NOME VALDIR PAULO DE SOUSA

CPF/CNPJ 18534457387 PLACA PIW-6889

PLACA ANT. UF CHASSI 9C2KD0810JR058707

ESPECIE/TIPO PAS/MOTOCICLO/NENHUMA COMBUSTÍVEL ALCO/GASOL

MARCA/MODELO HONDA/NXR160 BROS ESDD ANO FAB. 2018 ANO MOD. 2018

CAP/POT/CIL 002F7162CC CATEGORIA FARTIC COR PREDOMINANTE VERMELHA

COTA ÚNICA VENC. COTA ÚNICA VENC. COTAS 1ª IPVA 2ª 3ª PAGO

FAIXA IPVA PARCELAMENTO/COTAS

PRÊMIO TARIFÁRIO (R\$) IOF (R\$) PRÊMIO TOTAL (R\$) DATA DE PAGAMENTO

SEGURO PAGO

OBSERVAÇÕES

AZ/FID ADMINISTRADORA DE CONS N

TERESINA DATA 27/9/2019

ARÃO MARTINS DO REGO LOBÃO
DIRETOR GERAL DO DETRAN - PI

EXPEDIDOR

SEGURO OBRIGATORIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE, OU POR SUA CARGA A PESSOAS TRANSPORTADAS OU NÃO - SEGURO DPVAT

PI Nº 014208058486 - BILHETE DE SEGURO DPVAT

ESTE É O SEU BILHETE DO SEGURO DPVAT PARA MAIS INFORMAÇÕES, LEIA NO VERSO AS CONDIÇÕES GERAIS DE COBERTURA

www.seguradoralider.com.br
SAC DPVAT 0800 022 1204

VIA 1 CPF/CNPJ 18534457387 PLACA PIW-6889

RENAVAM 1166132258 MARCA/MODELO HONDA/NXR160 BROS ESDD

ANO FAB. 2018 CATEG. 07 Nº CHASSI 9C2KD0810JR058707

PRÊMIO TARIFÁRIO

FNS (R\$)	DENATRAN (R\$)	CUSTO DO SEGURO (R\$)
36,04	4,00	40,04

CUSTO DO BILHETE (R\$)	IOF (R\$)	TOTAL A SER PAGO PELO SEGURO (R\$)
4,15	0,32	84,58

PAGAMENTO ☒ COTA ÚNICA ☐ PARCELADO DATA DE QUITAÇÃO 23/09/2019

SEGURADORA LIDER - DPVAT
CNPJ 09.248.608/0001-04